

Saepar Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 42, 6º pavimento, no bairro Centro, constituída em 26/07/2000, tendo como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a realização de empreendimentos, prestação de serviços em geral, especialmente no ramo de seguros e a participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Rede D’Or São Luiz S.A. (Rede D’Or).

A Rede D’Or é uma companhia de capital aberto e divulgou, em 25/02/2026, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em conformidade ao artigo 294 da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº182/2021, que permite as companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$ 78.000 realizar suas publicações previstas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP.

As práticas contábeis da Companhia foram definidas considerando que esta é controladora direta de uma entidade supervisionada pela SUSEP.

Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36 (R3), destacando-se que sua controladora direta, Rede D’Or, apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 16/04/2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das políticas contábeis

As políticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e no passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado – VJR

Ativos Financeiros

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia.

Passivos Financeiros

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos contraídos, sujeitos a juros.

3.2.2. Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA

Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado” são classificados como “mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” e contabilizados pelo valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.3. Investimentos – participações societárias

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos:

- Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- Ágios representam valor pago em excesso ao valor justo líquido dos ativos adquiridos na respectiva data de aquisição, com base na expectativa de geração de lucros futuros. Ágios são contabilizados no investimento, na controladora. Ágios não têm vida útil definida e, portanto, não são amortizados e têm seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, conforme descrito na nota 3.4. Em situação de venda de controlada ou coligada que tenha originado o ágio em sua aquisição, tal ágio é considerado na apuração de ganhos e perdas da operação; e
- O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital) está registrado no patrimônio líquido.

3.4. Redução ao valor recuperável

3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que houver indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresentem efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

3.4.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou da unidade geradora de caixa.

A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Resultado patrimonial", no resultado do exercício.

Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 5 anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.6. Passivos financeiros circulantes e não circulantes

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras.

3.7. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia.

3.7.1. Trabalhistas

Toda ação trabalhista é classificada como relevante devido aos pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia. Em razão do acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, os

valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, uma vez que, dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) e pelos juros de 10,87% ao ano (10,79% em 2024).

As provisões para processos judiciais trabalhistas estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica “Provisões judiciais”.

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e pelos juros de 6% ao ano.

3.7.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, as provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente com base na variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), em conformidade com a legislação vigente.

3.8. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.9. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

Os principais itens das demonstrações financeiras registrados com base em estimativas referem-se à apuração do valor justo das aplicações financeiras (nota 5), ao registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros (nota 7) e à constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos (nota 11).

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem.

3.10. Normas emitidas e revisadas

3.10.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2025 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:

Espera-se que a seguinte norma possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial:

- CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023, mas com sua aprovação pendente por parte da SUSEP. Portanto, não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia;
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Contábeis). Em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações - Em 09/05/2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que

entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida; e

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros - Em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP.

4. Gestão de riscos

Na atividade de gerenciamento de seus recursos próprios, a Companhia utiliza-se da estrutura de gerenciamento de riscos de empresas do grupo. Ademais, a Administração da Companhia entende não serem relevantes os riscos associados aos seus instrumentos financeiros.

5. Aplicações financeiras

5.1. Composição das aplicações financeiras

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil		
	2025					
Títulos de renda fixa - privados	-	-	188.529	192.991		192.991
Debêntures						
Pós-fixado CDI +	-	-	188.529	192.991	CDI+5,04%a.a.	192.991
Cotas de fundos de investimentos	13.050	13.050	-	-		13.050
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	13.050	13.050	-	-		13.050
Subtotal	13.050	13.050	188.529	192.991		206.041
Percentual total - contábil		6,33%		93,67%		100,00%
Total Circulante						206.041

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil		
	2024					
Títulos de renda fixa - privados	-	-	278.841	276.367		276.367
Debêntures						
Pós-fixado CDI +	-	-	278.841	276.367	CDI+5,03%a.a.	276.367
Cotas de fundos de investimentos	21.977	21.977	-	-		21.977
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	21.977	21.977	-	-		21.977
Subtotal	21.977	21.977	278.841	276.367		298.344
Percentual total - contábil		7,37%		92,63%		100,00%
Total Circulante						298.344

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado.

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Total
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
Saldo em 01/01/2024	9.401	-	9.401
Aplicações	380.862	275.642	656.504
Rendimentos resgate	(2.452)	(17.994)	(20.446)
Principal resgate	(368.386)	(113)	(368.499)
Resultado financeiro	2.552	21.193	23.745
Ajuste a valor de mercado	-	(2.361)	(2.361)
Saldo em 31/12/2024	21.977	276.367	298.344

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2024	21.977	276.367	298.344
Aplicações	37.416	-	37.416
Rendimentos resgate	(2.097)	(36.738)	(38.835)
Principal resgate	(46.595)	(95.723)	(142.318)
Resultado financeiro	2.349	42.210	44.559
Ajuste a valor de mercado	-	6.875	6.875
Saldo em 31/12/2025	13.050	192.991	206.041

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando:

- (i) *Value at Risk* (VaR) paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration*, nos quais cada ativo pode estar alocado. A carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e
- (ii) DV01 (*dollar-value* ou *value for one basis-point*), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros.

Após nossas análises, as sensibilidades foram imateriais.

5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se de preços negociados em mercados ativos, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião da sua aquisição.

Em 31/12/2025 e 2024 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).

Nível 2

Cotas de fundos de investimentos não exclusivos:

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

	2025
Descrição	Nível 2
Ativos financeiros	
Valor justo por meio do resultado	13.050
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	192.991
Total	206.041

	2024
Descrição	Nível 2
Ativos financeiros	
Valor justo por meio do resultado	21.977
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	276.367
Total	298.344

6. Títulos e créditos a receber

Descrição	2025	2024
Créditos tributários e previdenciários (nota 7)	12.994	26.976
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	2.183	50.359
Depósitos judiciais e fiscais (nota 11.1)	2.009	2.357
Outros	38	30
Total	17.224	79.722
Circulante	10.664	66.437
Não circulante	6.560	13.285

7. Créditos e débitos tributários diferidos

7.1. Créditos e débitos tributários

Descrição	2025	2024
Tributos a compensar/recuperar (nota 7.2)	12.797	24.306
Ativo fiscal diferido (nota 7.3)	1.732	2.670
Passivo fiscal diferido (nota 7.3)	(1.535)	-
Total	12.994	26.976
Circulante	8.443	16.048
Não circulante	4.551	10.928

7.2. Tributos a compensar/recuperar

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	12.631	23.733
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	153	560
Outros	13	13
Total	12.797	24.306
Circulante	8.443	16.048
Não circulante	4.354	8.258

7.3. Movimentação dos tributos diferidos

As tabelas abaixo demonstram os tributos diferidos e as respectivas movimentações nos períodos:

Descrição	Saldo em 01/01/2024	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2024
Ativo				
Prejuízos fiscais	17	-	-	17
Base negativa de contribuição social	6	-	-	6
Provisão para contingências e obrigações fiscais	1.325	183	-	1.508
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	416	-	(79)	337
Perda com ajuste a valor justo	-	-	802	802
Total de ativo fiscal diferido	1.764	183	723	2.670
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.764	183	723	2.670
Efeito patrimônio líquido			723	723

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Ativo				
Prejuízos fiscais	17	(17)	-	-
Base negativa de contribuição social	6	(6)	-	-
Provisão para contingências e obrigações fiscais	1.508	(143)	-	1.365
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	337	-	30	367
Perda com ajuste a valor justo	802	-	(802)	-
Total de ativo fiscal diferido	2.670	(166)	(772)	1.732
Passivo				
Ganho com ajuste a valor justo	-	-	(1.535)	(1.535)
Total de passivo fiscal diferido	-	-	(1.535)	(1.535)
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	2.670	(166)	(2.307)	197
Efeito patrimônio líquido	723		(2.307)	(1.584)

As bases e os tributos não registrados contabilmente, em sua maioria compostos por amortizações de ágio em investimentos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Crédito tributário	
	Base	não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	24.145	6.036
Diferenças temporárias - CSLL	21.654	1.949
Total	45.799	7.985

8. Participações societárias

Em 31/12/2025 e 2024, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

	Traditio Companhia de Seguros	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Total
Saldo em 01/01/2024	1.860.699	43.007	1.903.706
Aumento de capital	5.749	-	5.749
Ganho (perda) de capital	(1)	-	(1)
Juros sobre capital próprio	(59.245)	-	(59.245)
Dividendos intermediários	(36.499)	-	(36.499)
Equivalência patrimonial	290.393	2.612	293.005
Compra de ações	-	3.927	3.927
Ajustes de avaliação patrimonial	(7.109)	-	(7.109)
Ajustes de práticas contábeis	(17.460)	-	(17.460)
Transação de capital	13.180	-	13.180
Saldo em 31/12/2024	2.049.707	49.546	2.099.253
Aumento de capital	293.001	-	293.001
Dividendos obrigatórios	-	(2.183)	(2.183)
Dividendos intermediários	(125.548)	-	(125.548)
Recebimento de JCP e Dividendos com Investimento	50.359	-	50.359
Juros sobre capital próprio	(45.075)	-	(45.075)
Equivalência patrimonial	526.396	21.360	547.756
Ajustes de avaliação patrimonial	(249)	-	(249)
Transação de capital	354	-	354
Ganho (perda) de capital	1.763	-	1.763
Saldo em 31/12/2025	2.750.708	68.723	2.819.431

Descrição	2025		Total
	Traditio Companhia de Seguros	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	
Ativo	9.509.776	64.457	
Passivo	198.195	12.452	
Patrimônio líquido	9.311.581	52.005	
Receita líquida	(583)	79.169	
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	1.827.000	19.244	
Percentual de participação (%)	29,4611%	100,00%	
Valor contábil do investimento	2.743.295	52.005	2.795.300
Ágio	7.413	16.718	24.131
Quantidade de ações ordinárias	2.282.150	357.145	-

Descrição	2024		Total
	Traditio Companhia de Seguros	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	
Ativo	8.274.105	53.049	
Passivo	690.307	20.221	
Patrimônio líquido	7.583.798	32.828	
Receita líquida	(8.220)	58.722	
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	1.078.334	7.119	
Percentual de participação (%)	26,9297%	100,00%	
Valor contábil do investimento	2.042.294	32.828	2.075.122
Ágio	7.413	16.718	24.131
Quantidade de ações ordinárias	1.968.117	357.145	-

9. Contas a pagar

9.1. Obrigações a pagar

Descrição	2025	2024
Obrigações fiscais (Nota 11.2)	425	424
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 12.1)	-	62.714
Benefício pós-emprego	1.391	1.158
Total	1.816	64.296
Circulante	1.391	63.872
Não circulante	425	424

9.2. Empréstimos e financiamentos

Operação/ Instrumento	Indexador	Spread	Moeda	Principal (R\$)	Início	Vencimento	Amortização	Garantias	2025
Debêntures (a)	CDI	0,04	R\$	287.171	13/05/2025	03/06/2027	3 amortizações	N/A	194.270
Total									194.270
Circulante									98.546
Não circulante									95.724

(a) Refere-se à operação com parte relacionada, conforme nota 10.1.

9.3. Impostos e contribuições

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	13.399
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	5.154
Contribuições PIS e COFINS	155	5.671
Imposto Sobre Serviços - ISS	2	2
Contribuição INSS	39	39
Outros	4	13
Total	200	24.278
Circulante	200	24.278

10. Partes relacionadas

10.1. Transações

As transações com partes relacionadas referem-se a:

Descrição	Legenda	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
				2025	2024	2025	2024
Sul América Companhia de Seguro Saúde	(d)	Coligada	Traditio Companhia de Seguros	-	-	178	1.821
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.	(c) (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	12	3	9	25
Traditio Companhia de Seguros	(a)	Coligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	50.359	-	-
Sul América Paraná Clínicas Serviços de Saúde S.A. (nova denominação da Sul América Serviços de Saúde S.A.)	(e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	89	15
Sul América Seguradora de Saúde S.A.	(d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	15
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(b)	Controlada indireta	Sul América Holding de Investimentos S.A.	-	-	19	26
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	(b)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	23	32
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	(a)	Controlada direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	2.183	-	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A.	(f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	194.270	-
Rede D'Or São Luiz S.A.	(a)	Controladora direta	Outros	-	-	-	62.714
Total				2.195	50.362	194.588	64.648

Receita

Despesa

Descrição	Legenda	Categoria	Controladora	2025	2024	2025	2024
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(b)	Controlada indireta	Traditio Companhia de Seguros	-	-	(265)	(158)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	(b)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(324)	(193)
Sul América Santa Cruz Participações S.A.	(f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(23.869)	-
Sul América Paraná Clínicas Serviços de Saúde S.A. (nova denominação da Sul América Serviços de Saúde S.A.)	(e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(3)	(3)
Total				-	-	(24.461)	(354)

- (a) Referente aos dividendos e juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;
(b) Refere-se à taxa de administração de 0,25% sobre a carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
(c) Refere-se ao seguro de vida grupal e ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores;
(d) Referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo;
(e) Referente ao seguro saúde a funcionários da Companhia; e
(f) Refere-se a debêntures emitidas pela Companhia, conforme nota 9.2.

Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos pela Companhia, em 31/12/2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2025	2024	2025	2024
Rede D'Or São Luiz S.A.	-	-	157.712	-
Traditio Companhia de Seguros	163.862	40.150	-	-
Total	163.862	40.150	157.712	-

10.2. Remuneração da Administração

Os Administradores da Companhia receberam as suas remunerações diretamente por outras empresas do grupo SulAmérica.

11. Depósitos judiciais, obrigações fiscais, provisões para ações judiciais e contingências

11.1. Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	2025	2024
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	2.009	2.357
Total	2.009	2.357
Não circulante	2.009	2.357

11.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	Saldo em 01/01/2024	Adições / reversões	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas:	3.465	469	392	(312)	4.014
Circulante	457				230
Não circulante	3.008				3.784
Tributárias:					
Honorários	432	-	(8)	-	424
Subtotal	432	-	(8)	-	424
Não circulante	432				424
Total	3.897	469	384	(312)	4.438
Circulante	457				230
Não circulante	3.440				4.208

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições / reversões	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas:	4.014	(30)	270	(681)	3.573
Circulante	230				128
Não circulante	3.784				3.445
Tributárias:					
Honorários	424	-	1	-	425
Subtotal	424	-	1	-	425
Não circulante	424				425
Total	4.438	(30)	271	(681)	3.998
Circulante	230				128
Não circulante	4.208				3.870

11.3. Contingências

Em 31/12/2025 e 2024, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2025	2024
Fiscais (a)	21.472	19.944
Trabalhistas	-	164
Total	21.472	20.108

(a) Na avaliação da Administração sobre a possibilidade de saída de recursos nos processos judiciais fiscais, a parcela não provisionada, no valor de R\$ 21.472 (R\$ 19.944 em 2024), é composta, principalmente, por compensações não homologadas pela Receita Federal.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 31/12/2025, é de R\$ 1.562.009 (R\$ 1.477.019 em 2024), representado por 5.424.616 (4.196 em 2024) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/08/2024, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 23.304, com a emissão de 41 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 568.378,89 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976. As novas ações ordinárias emitidas foram subscritas e integralizadas pela Acionista Rede D'Or São Luiz S.A., sendo parte mediante a utilização de créditos relativos ao dividendo obrigatório declarado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024 e parte mediante utilização de créditos relativos ao dividendo intermediário declarado na Reunião da Diretoria realizada em 13 de agosto de 2024, passando o capital social de R\$ 1.232.047 para R\$ 1.255.351.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/08/2024, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 221.668, com a emissão de 390 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 568.378,89 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976. As novas ações ordinárias emitidas foram subscritas e integralizadas pela Acionista Rede D'Or São Luiz S.A., sendo parte mediante a conversão de créditos de titularidade da acionista constituídos através de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) e parte em moeda corrente nacional, passando o capital social de R\$ 1.255.351 para R\$ 1.477.019.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/01/2025, a acionista da Companhia aprovou o desdobramento das ações da Companhia de modo que cada ação ordinária fosse desdobrada em 1.250 ações da mesma espécie, todas nominativas e sem valor nominal, sem qualquer mudança em seus direitos e características. Ainda na mesma Assembleia Geral Extraordinária, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social no valor total de R\$ 22.276, com a emissão de 48.411 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 460,14 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/11/2024, e considerando a quantidade de ações da companhia na data da AGE, em razão do desdobramento de ações deliberado naquele ato. As novas ações ordinárias emitidas foram subscritas e integralizadas pela acionista Rede D'Or São Luiz S.A., sendo parte mediante a conversão de créditos de titularidade da acionista constituídos através de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) e parte em moeda corrente nacional, passando o capital social de R\$ 1.477.019 para R\$ 1.499.295.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/05/2025, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 62.714, com a emissão de 131.205 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 477,99 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976. As novas ações ordinárias emitidas foram subscritas e integralizadas pela acionista Rede D'Or São Luiz S.A., sendo parte mediante a utilização de créditos relativos ao dividendo obrigatório declarado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025 e parte em moeda corrente nacional, passando o capital social de R\$ 1.499.295 para R\$ 1.562.009.

12.2. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

12.3. Reserva estatutária

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

12.4. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, relativos a títulos próprios e aos ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

12.5. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor.

Em 30/04/2024, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, no valor de R\$ 23.718, ao qual foi imputado o dividendo intermediário declarado em Reunião da Diretoria realizada em 22/12/2023, restando um saldo a pagar de R\$ 22.947, a ser pago a partir daquela data à razão de R\$ 6.094,81 (em reais).

Em 13/08/2024, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 357, à razão de R\$ 94,71 (em reais) por ação a serem pagos a partir daquela data.

Em 30/04/2025, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios referentes ao exercício social findo em 31/12/2024, no valor de R\$ 63.071, ao qual foi imputado o dividendo intermediário declarado em Reunião da Diretoria realizada em 13/08/2024, restando um saldo a pagar de R\$ 62.714 a ser pago a partir daquela data à razão de R\$ 11,85 (em reais).

Em 14/11/2025, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia (i) a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 122.862, à razão de R\$ 22,65 (em reais) por ação a serem pagos a partir daquela data; e (ii) a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 41.000, sendo R\$ 7,56 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data.

12.6. Distribuição do resultado

Em 31/12/2025, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2025	2024
Lucro antes dos impostos e participações	560.127	306.833
(-) Impostos e contribuições	(5.438)	(23.812)
Lucro líquido do exercício	554.689	283.021
(+) Outros ajustes	-	(17.460)
Lucro líquido do exercício após ajustes	554.689	265.561
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(27.734)	(13.278)
Lucro líquido ajustado	526.955	252.283
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	131.739	63.071
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios	96.889	357
(-) Dividendos antecipados a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	25.973	-
(-) Juros sobre capital próprio líquidos a serem imputados nos dividendos obrigatórios	34.850	-
Bruto	41.000	-
Imposto de renda	6.150	-
Saldo dos dividendos obrigatórios	-	62.714
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	363.093	189.212

13. Detalhamento das contas de resultado

13.1. Despesas administrativas

Descrição	2025	2024
Pessoal próprio	(926)	(1.540)
Despesas judiciais, serviços de terceiros e demais	(286)	(800)
Depreciação e amortização	(2)	(2)
Doações e patrocínios	(413)	(961)
Outras	(49)	(22)
Total	(1.676)	(3.325)

13.2. Resultado financeiro por categoria

Descrição	2025	2024
Títulos e valores mobiliários	44.559	23.745
Valor justo por meio do resultado	2.349	2.552
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	42.210	21.193
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(100)	(254)
Despesas de juros sobre capital próprio	(4.169)	(5.480)
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(23.869)	-
Outros	(2.371)	(472)
Total	14.050	17.539

13.2.1. Receitas financeiras

Descrição	2025	2024
Valorização de quotas de fundos de investimentos	2.349	918
Títulos de renda fixa - Privados	42.211	22.837
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	170	137
Outras	315	1.301
Total	45.045	25.193

13.2.2. Despesas financeiras

Descrição	2025	2024
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(1)	(10)
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(270)	(391)
Variações monetárias e cambiais sobre compromissos mobiliários, empréstimos e financiamentos	(23.869)	-
Despesas de juros sobre capital próprio	(4.169)	(5.480)
Outras	(2.686)	(1.773)
Total	(30.995)	(7.654)

14. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social em 31/12/2025 e 2024 são compostas como segue:

Descrição	2025	2024
Diferido:		
Imposto de renda	(122)	135
Contribuição social	(44)	49
Corrente:		
Imposto de renda	(3.821)	(17.364)
Contribuição social	(1.451)	(6.632)
Total	(5.438)	(23.812)

O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2025 e 2024, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2025	2024
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	560.127	306.833
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(190.443)	(104.323)
Alíquota nominal	34%	34%
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	186.237	99.622
Juros sobre o capital próprio	(1.386)	(20.143)
Apuração de indébito tributário (Ação Selic)	105	304
Apuração de indébito tributário (Ação PAT)	-	105
Outros	49	623
Receitas/ (Despesas) na demonstração do resultado	(5.438)	(23.812)
Alíquota efetiva	0,97%	7,76%

15. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento

Conforme descrito na nota 12.1, a Companhia aumentou seu capital social com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, mediante utilização de créditos relativos ao dividendo obrigatório no montante de R\$ 62.714.